

Ago Terminals e Armazéns Gerais S/A

CNPJ/MF nº 03.798.096/0001-73

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
	Nota	2021	2020		
		74.149	138.726		
Ativo / Circulante				Capital social	
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.067	127.047	61.600	
Derivativos - Swap	7	3.255	-	1.247	
Contas a receber	8	5.032	5.516	-	
Outros créditos	9	832	1.414	-	
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	10	3.159	714	-	
Outros impostos a recuperar	11	390	391	-	
Despesas antecipadas	12	1.414	3.644	-	
Não circulante		309.918	307.997		
Depósitos judiciais	25	1.293	612	-	
Investimentos	26	272.956	141.790	-	
Imobilização	14	277.325	277.271	-	
Direito de uso	15.1	31.276	30.090	-	
Total do ativo		384.066	446.723		
Passivo / Circulante		45.362	82.125		
Debêntures	16	5.568	45.675		
Fornecedores	17	3.659	5.490		
Obrigações trabalhistas	18	6.177	3.388		
Obrigações tributárias	19	3.926	2.393		
Impostos de renda e contribuição social	20	-	2.594		
Arrendamentos a pagar	15.2	1.252	1.089		
Outras Contas a pagar	23	2.452	1.089		
Dividendos a pagar	21	14.717	16.912		
JCP a pagar	21	7.939	-		
Não circulante		65.748	222.808		
Debêntures	16	29.551	187.224		
Arrendamentos a pagar	15.2	30.877	29.421		
Faturamento antecipado	22	2.618	2.618		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	993	1.934		
Provisão para contingências	25	1.709	1.611		
Patrimônio líquido		272.956	141.790		
Capital social	26	166.604	61.600		
Reserva de capital		912	079		
Reserva de lucros		105.444	79.111		
Total do passivo e patrimônio líquido		384.066	446.723		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: Localizada no Porto de Santos (Iha Barnabé), a AGeo Terminals e Armazéns Gerais S.A. ("Ageo" ou "Companhia") detém os direitos de exploração e uso de Instalação Portuária de Uso Público Especial (IPIPE), com utilização de área, sob administração da Santos Port Authority - SPA (antiga CODESP), obtido por meio de leilão público conforme Contrato DP nº 10.2001, firmado em 23 de fevereiro de 2001. A Companhia celebrou, em 18 de dezembro de 2001, o Sexto Instrumento Aditivo de Ratificação, Ratificação, Subrogação e Prorrogação ao Contrato DP 10.2001, em 04 de fevereiro de 2001 entre a Secretária de Portos da Presidência da República - SEP/PR, CNPJ/MF nº 08.855.874/0001-32 e a AGeo Terminals e Armazéns Gerais S.A., CNPJ/MF nº 03.798.096/0001-73, tendo como intervenientes a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08 e Santos Port Authority - SPA (antiga CODESP). CNPJ/MF nº 00.44.837.524/0001-07, tendo como objeto ratificação, ratificação, subrogação e prorrogação do CONTRATO DP10.2001 até 23 de fevereiro de 2041. As atividades preponderantes da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de armazenagem, movimentação, embarque e desembarque de líquidos a granel, por meio dos modais marítimos e rodoviários. O empreendimento está voltado, sobretudo, para a armazenagem de graneis líquidos, incluindo etanol, produtos azequícolas, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. A Companhia é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Terminals e Armazéns Gerais Ltda (EBT). **2. Principais eventos ocorridos no período: Efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19):** Os casos de coronavírus (COVID-19) foram reportados pela primeira vez em 30 de dezembro de 2019 e desde então se espalharam por diversos países, com relatos de múltiplas fatalidades ocasionadas pelo vírus, incluindo nas localidades onde a Companhia mantém suas principais operações. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: "A Companhia intensificou através da área de qualidade e meio ambiente uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender às diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. A Companhia concluiu que apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, cumpriu todas suas obrigações junto aos seus clientes e fornecedores. Na data de emissão dessas informações contábeis individuais, a Companhia, em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, divulgou em 10 de março de 2020, continua acompanhando atentamente os possíveis impactos da COVID-19 que possam afetar a Companhia. Adicionalmente, nas questões relacionadas aos colaboradores, a Companhia, continua adotando diversas medidas preventivas para reduzir ao máximo a exposição ao contágio. A Companhia está atuando fortemente na divulgação de hábitos preventivos de higiene e de cuidados com a saúde com todos os seus colaboradores e seus familiares. A Companhia instituiu um comitê dedicado ao COVID-19 que avalia todas as possíveis ações para mitigar a exposição e o contágio, da mesma forma, foi criado um plano de contingência e matriz de riscos da COVID-19, bem como, nossos executivos estão trabalhando na revisão do plano de negócios visando seguir o modelo de negócios atualizado. As análises da Companhia estão fundamentadas em evidências e monitoramentos de risco e da evolução da disseminação da COVID-19 pelo mundo. Contudo condições futuras diferentes podem levar a Companhia a rever sua posição. Após o monitoramento realizado pela área de saúde a Companhia no dia 04 de outubro de 2021, com a comprovação das vacinações, os funcionários voltaram a trabalhar presencialmente. No entanto as medidas de prevenção (uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social etc.) permaneceram em vigor. A Administração considera que as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 15.2 – Arrendamentos a pagar:** se um contrato contém um arrendamento. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a fim de 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 8 – Mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais:** principais premissas na determinação da perda efetiva; **• Nota explicativa nº 14 – Vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações;** **• Nota explicativa nº 14 – Teste de redução do valor recuperável de ativos imobilizados;** principais premissas em relação aos valores recuperáveis. **• Nota explicativa nº 25 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **c. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos do nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros;** **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos mensurados pelo valor justo. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou prejuízo cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Receita operacional:** **Prestação de serviços:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o representante a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho

Reservas de capital		Reserva de lucros	
Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva acumulados
1.247	4.015	20.631	-
(168)	-	168	-
-	3.560	-	71.209
-	-	(3.560)	-
-	-	(16.912)	(16.912)
-	-	50.737	(50.737)
61.600	1.079	7.576	71.336
(168)	-	168	-
-	-	-	71.305
-	3.098	-	(3.098)
-	-	(21.083)	-
105.000	-	-	105.000
-	-	-	(14.717)
-	-	-	(9.340)
-	-	44.151	(44.151)
166.600	912	10.673	94.772

de pré-pagamento por um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despeça de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém controle sobre o ativo financeiro. A Companhia reconhece ganhos e perdas por transferência ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro é reconhecido nos termos modificados e reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros de risco de crédito e equivalente à definição globalmente aceita de "grupo de investimento":** • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia tem exposição ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão sendo pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em uma base de acordo com a qual a Companhia não poderia ter sido credenciada pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais

	2021	2020
8. Contas a receber	6.788	6.905
Clientes nacionais	47	414
Clientes no exterior	6.835	7.319
Subtotal	(1.803)	(1.803)
(-) Provisão para perda de créditos esperada	5.032	5.516

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

Agin list	2021	2020
Títulos a vencer	5.029	4.994
Títulos vencidos até 30 dias	3	514
Títulos vencidos de 31 até 180 dias	1.803	1.810
Títulos vencidos há mais de 180 dias	6.835	7.319

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(200)	(1.803)
Adições	(1.803)	-
Baixas	200	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.803)	-

Valje política contábil na nota explicativa 4 (h)

	2021	2020
9. Outros créditos	506	1.118
Adiantamento a fornecedores	165	159
Créditos com funcionários	161	137
Outros	832	1.414

13.1. Imobilizado

Movimentação da custo

	2021	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.659	12.659
Bens e equipamentos de operação (a)	435.392	450
Móveis e utensílios (a)	1.353	25
Equipamentos de informática (a)	1.448	214
Veículos	3.120	-
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	33.296	20.254
Outros	1.563	192
Total	488.831	21.138

	2021	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.659	12.659
Bens e equipamentos de operação (a)	435.392	450
Móveis e utensílios (a)	1.353	25
Equipamentos de informática (a)	1.448	214
Veículos	3.120	-
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	33.296	20.254
Outros	1.563	192
Total	488.831	21.138

	2021	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.633	26
Bens e equipamentos de operação (a)	435.235	72
Móveis e utensílios (a)	1.340	13
Equipamentos de informática (a)	1.365	83
Veículos	2.889	377
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação	9.692	23.767
Outros	1.182	381
Total	464.336	24.719

(a) Em janeiro de 2018, a Companhia revisou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das beneficiárias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil estabelecidos pelos peritos avaliadores, limitados aos períodos dos contratos de arrendamentos junto à Santos Port Authority – SPA (antiga CODESP), de 23 de fevereiro de 2001 a 23 de fevereiro de 2041. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização).

Movimentação da depreciação acumulada

	2021	Adições	Baixas	2021
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(8.977)	(971)	-	(9.948)
Bens e equipamentos de operação	(197.491)	(19.180)	-	(216.671)
Móveis e utensílios	(1.213)	(34)	-	(1.247)
Equipamentos de informática	(1.292)	(107)	-	(1.399)
Veículos	(1.667)	(442)	-	(2.109)
Outros	(919)	(323)	-	(1.242)
Total	(211.559)	(21.057)	-	(232.616)

	2021	Adições	Baixas	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(8.006)	(971)	-	(8.977)
Bens e equipamentos de operação	(177.896)	(19.003)	8	(197.491)
Móveis e utensílios	(1.130)	(83)	-	(1.213)
Equipamentos de informática	(1.190)	(102)	-	(1.292)
Veículos	(1.332)	(413)	78	(1.667)
Outros	(597)	(322)	-	(919)
Total	(190.151)	(21.494)	86	(211.559)

Bacia 10: No final de 2017, entrou em operação a "bacia 10", 5 tanques e equipamentos operacionais, cuja construção visa atender ao acordado na renovação antecipada do contrato de arrendamento, assinado em 18 de dezembro de 2014 e publicado no DOU em 24 de dezembro de 2014. O custo de construção e sua respectiva depreciação é demonstrado abaixo:

	2021	2020
Vida útil (em anos)	20	20
Custo	68.721	60.955
Depreciação acumulada	(13.779)	54.942

Provisão para redução no valor recuperável (impairment): Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC – R1 R1 IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identifica qualquer indicativo que requeira a realização de teste de impairment 14. **Ativos de direito de uso e Arrendamento a pagar:** Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 14). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

14.1. Ativos de direito de uso

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro de 2020	31.582	(1.492)
Depreciação	(3.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.990	2.869
Adições (a)	2.869	-
Depreciação	(1.683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.276	3.190

Passivo

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro de 2020	31.960	(3.685)
Pagamento passivo de arrendamento - CP	2.235	-
Apropriação de juros	30.510	(3.455)
Pagamento passivo de arrendamento - CP	2.206	-
Apropriação de juros	2.870	-
Adição de arrendamento	32.129	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.129	2.870

(a) Trata-se de aditamento ao contrato de locação do escritório de São Paulo prorrogado até 2026.

14.2. Arrendamentos a pagar

	2021	2020
Circulante	1.252	30.877
Não Circulante	32.129	-

15. Debêntures

	2021	2020
Descrção	Indexador	Taxa anual de juros
Debêntures (a)	Pós-fixado	IPCA+3,99%
Debêntures (a)	Pós-fixado	CDI+2,50%
Total	35.119	232.899
Circulante	5.568	45.675
Não circulante	29.551	187.224

(a) Quarta Emissão de Debêntures, sendo a 1ª série totalmente integralizada em 12 de julho de 2019 - R\$ 274.000 mediante emissão de 274.000 debêntures simples com o valor nominal de R\$ 1 cada, e o restante na 2ª série totalmente integralizadas em 15 de julho de 2019 - R\$ 30.000 mediante emissão de 30.000 debêntures simples com o valor nominal de R\$ 1, todas emitidas na forma nominativa e escritural. **Características das Debêntures: 4ª Emissão de Debêntures (AGEO): Forma e Espécie - Espécie Quirografaria com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional. Valor Nominal Unitário: R\$ 1,00 (um real). Quantidade Emitida: 304.000.000 (trezentos e quatro milhões), sendo 274.000.000 (duzentos e setenta e quatro milhões) da 1ª Série e 30.000.000 (trinta milhões) da 2ª Série. Valor Total da Emissão: R\$ 304.000.000,00 (trezentos e quatro milhões de reais), sendo R\$ 274.000.000,00 (duzentos e setenta e quatro milhões de reais) da 1ª Série e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) da 2ª Série. Garantias: Alienação fiduciária sobre 14.146.500 (quatorze milhões, cento e quarenta e seis mil e quinhentas) quotas representativas do capital social da EBT, de titularidade de Cinara Ruiz e João Bergomas, correspondentes a 30% (trinta por cento) do capital social da EBT. Após a quitação total das debêntures da 1ª série da Ageo Terminals e Armazéns Gerais S.A., em junho de 2021, a Empresa solicitou baixa e extinção da alienação fiduciária de 14.146.500 quotas em favor do Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A transcrição da baixa e extinção da alienação fiduciária foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 22 de outubro de 2021. **Prazo e Data de Vencimento:** Debêntures 1ª Série terão prazo de 2.183 (dois mil cento e oitenta e três) dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2025. Debêntures 2ª Série terão prazo de 2.213 (dois mil duzentos e treze) dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2025. **Forma de Amortização: Debêntures 1ª Série -** Será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, conforme cronograma, vencendo sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2019. **Debêntures 2ª Série -** Será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, conforme cronograma, vencendo sempre no dia 15 do mês de julho de cada ano, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2023. **Atualização Monetária: Debêntures 1ª Série -** O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. **Debêntures 2ª Série -** O valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice IPCA+ 3,99% a.a. **Juros Remuneratórios: Debêntures 1ª Série -** Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidas de uma sobretaxa (spread) de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (liquidada em 30/06/2021). **Debêntures 2ª Série - Sobre o** valor nominal unitário atualizado, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado à 2ª série inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios Segunda Série"). **Juros 2ª Série: Swap** com Itaú para CDI + 0,62%. A parcela registrada no passivo não circulante é demonstrada a seguir, por ano de vencimento:**

	2021	2020
Ano	Valor	Valor
2023	9.823	9.823
2024	6.905	6.905
2025	9.951	9.951
Total	29.551	29.551

10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2021	2020
IRPJ e CSLL a compensar	2.940	446
IRPJ e CSLL a recuperar	219	268
Total	3.159	714

11. Outros impostos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar	378	378
Outros	12	13
Total	390	391

12. Despesas antecipadas

	2021	2020
Prêmios de seguros (a)	1.265	3.458
ISS sobre Faturamento Antecipado	131	131
Outros	18	55
Total	1.414	3.644

(a) Referem-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança, seguro D&O e seguro de veículos. **13. Transações com Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2021 não há saldos em aberto entre as empresas do Grupo. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram:

	2021	2020
Remuneração e encargos sociais	2.654	3.231

	2021	2020
Vida útil (em anos)	10	12,5
Custo	12.659	12.659
Depreciação acumulada	(9.948)	2.711
Líquido	2.711	3.682

	2021	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.659	12.659
Bens e equipamentos de operação (a)	435.392	450
Móveis e utensílios (a)	1.353	25
Equipamentos de informática (a)	1.448	214
Veículos	3.120	-
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	33.296	20.254
Outros	1.563	192
Total	488.831	21.138

	2021	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.633	26
Bens e equipamentos de operação (a)	435.235	72
Móveis e utensílios (a)	1.340	13
Equipamentos de informática (a)	1.365	83
Veículos	2.889	377
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação	9.692	23.767
Outros	1.182	381
Total	464.336	24.719

(a) Em janeiro de 2018, a Companhia revisou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das beneficiárias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil estabelecidos pelos peritos avaliadores, limitados aos períodos dos contratos de arrendamentos junto à Santos Port Authority – SPA (antiga CODESP), de 23 de fevereiro de 2001 a 23 de fevereiro de 2041. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização).

Movimentação da depreciação acumulada

	2021	Adições	Baixas	2021
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(8.977)	(971)	-	(9.948)
Bens e equipamentos de operação	(197.491)	(19.180)	-	(216.671)
Móveis e utensílios	(1.213)	(34)	-	(1.247)
Equipamentos de informática	(1.292)	(107)	-	(1.399)
Veículos	(1.667)	(442)	-	(2.109)
Outros	(919)	(323)	-	(1.242)
Total	(211.559)	(21.057)	-	(232.616)

	2021	Adições	Baixas	2020
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(8.006)	(971)	-	(8.977)
Bens e equipamentos de operação	(177.896)	(19.003)	8	(197.491)
Móveis e utensílios	(1.130)	(83)	-	(1.213)
Equipamentos de informática	(1.190)	(102)	-	(1.292)
Veículos	(1.332)	(413)	78	(1.667)
Outros	(597)	(322)	-	(919)
Total	(190.151)	(21.494)	86	(211.559)

14.3. Valores reconhecidos no resultado

Arrendamentos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	2.206	2.235
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	309	325
Depreciação	1.683	1.492
Total	4.198	4.052

14.4. Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	2.206	2.235
Arrendamentos pagos	(3.455)	(3.685)
Depreciação	1.683	1.492
Total	434	42

Valores sem efeito caixa

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	2.206	2.235
Depreciação	1.683	1.492
Total	3.889	3.727

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se as taxas de juros de 7,38% ao ano para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado da Companhia com prazos e vencimentos equivalentes.

Referem-se à área arrendada no porto de Santos sob a Administração da Santos Port Authority – SPA, sob arrendamentos operacionais. Esse arrendamento iniciou-se em 23 de fevereiro de 2001, renovou-se antecipadamente em 18 de dezembro de 2014 e possui prazo de 27 anos, finalizando a vigência em 23 de fevereiro de 2041. Os pagamentos do arrendamento são reajustados pelo IGP-M (FGV) anualmente. A Companhia arrenda também tanque criogênico, para uso nas atividades da Companhia, cujos prazos de arrendamento vão até o final do contrato arrendado. Adicionalmente há contratos de Aluguel de Veículos, Tanques Criogênicos, Empilhadeiras, Contêiner, Rádios Comunicadores, Aluguel Escritório e Arrendamento de Aeronave.

14.3. Valores reconhecidos no resultado

Arrendamentos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	2.206	2.235
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	309	325
Depreciação	1.683	1.492
Total	4.198	4.052

14.4. Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	2.206	2.235
Arrendamentos pagos	(3.455)	(3.685)
Depreciação	1.683	1.492
Total	434	42

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores da **Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.** - São Paulo-SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da AGEO Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGEO Terminais e Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditores. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria** - Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo imobilizado - Veja as Notas 4 (f) e 14 das demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IRFS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022.

 **KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de ativo imobilizado do balanço patrimonial o montante de 277.325 mil. A Empresa investe valores significativos em ampliação, realização regular de inspeção, de bens e equipamentos. Os investimentos são feitos objetivando: reparo e manutenção do item do ativo imobilizado; inspeções importantes em busca de falhas; e substituição de peças de um ativo imobilizado para manter os ativos imobilizados em boas condições de funcionamento e garantir que estejam dentro do padrão de qualidade e segurança para continuidade da prestação de serviços oferecidos pela Companhia até o final do prazo do direito de exploração e uso de instalação Portuária, atendendo o acordado na renovação antecipada dos contratos de arrendamento.

Desta forma, a administração da Companhia exerce julgamento para definir se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como imobilizado ou resultado. Devido à quantidade das transações, ao julgamento exercido pela administração da Companhia e o ativo imobilizado ser o elemento mais relevantes das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- (i) Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado;
- (ii) Analisamos em base amostral, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou como gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos;
- (iii) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>